

Modalidades elucidatórias*

José Seoane/
Universidad de la
República Oriental del Uruguay
seoanej@hotmail.com

Resumo

Os processos elucidatórios jogam um papel destacado tanto nas ciências como na filosofia. A denominada 'tese de Church' pode ser entendida como uma tentativa de elucidar o conceito de 'algoritmo'; os esforços popperianos para identificar um critério de demarcação podem ser compreendidos como uma tentativa de elucidar o conceito de 'ciência'. A natureza de tais processos é um problema relevante para a filosofia. Alberto Coffa chamou a atenção sobre esta questão e sugeriu a existência de dois modelos elucidatórios: o modelo quineano e o modelo tarskiano. (entendido em um sentido mais heurístico ou instrumental). Este artigo pode ser interpretado como uma reformulação das idéias de Coffa.

Palavras-chave: modalidade elucidatória, lógica, Quine, Tarski, Coffa.

Abstract

Elucidatory processes play an important role in science as well as philosophy. The so-called 'Church thesis' can be understood as an attempt to understand the concept of 'algorithm'; the Popperian efforts to identify a criterion of demarcation can be understood as a way to clarify the concept of 'science'. The nature of such processes is a problem relevant to philosophy. Alberto Coffa call our attention to this question and suggested the existence of two elucidatory models: the Quinean and the Tarskian models (understood in a more heuristic or instrumental sense). This article can be understood as a reformulation of Coffa's ideas.

Key-words: elucidatory modality, logic, Quine, Tarski, Coffa.

1. Introdução¹

Freqüentemente entendem-se certos esforços intelectuais — nas ciências e na filosofia — como tentativas de 'elucidar' determinados conceitos considerados problemáticos ou obscuros e, por sua vez, dignos de interesse; a denominada 'tese de Church' pode ser entendida como uma conjectura que procura elucidar o conceito de 'algoritmo'. A preocupação epistemológica em torno da obtenção de um critério de demarcação entre

* Tradução do original castelhano de Wagner Sanz.

a ciência e a não-ciência pode ser pensada, de uma forma muito natural, como uma tentativa de elucidar o conceito de ciência. A natureza de tais processos elucidatórios é em si mesma um problema relevante para a filosofia. Em um excelente artigo, A. Coffa² chamou a atenção sobre este problema e assinalou a existência de duas modalidades de elucidação que — segundo ele — foram usadas de modo muitas vezes inconsistente. Distingue este autor entre aquelas que denomina elucidações *à la Quine* daquelas que define como elucidações *à la Tarski-Kreisel*. O propósito deste artigo é o de analisar com certo detalhe ambas modalidades e sugerir, a partir da adoção de um ponto de vista mais instrumental ou heurístico, um contraste entre as mesmas que fundamentará a preferência pela modalidade tarskiana. Tal proposta talvez possa ser entendida como uma reformulação daquela defendida por Coffa.

2. O Modelo Quineano

Quine oferece uma reflexão metaelucidatória explícita e elaborada. No capítulo 7, seção 53, de *Word and Object* dedica-se especificamente ao problema; seu modelo aparece descrito aí com precisão e clareza. Oferecer-se-á uma caracterização geral de tal modelo (segundo Coffa),³ em seguida exemplificando-a e, finalmente, procurando refinar a compreensão inicial da mesma através da análise de algumas observações quineanas significativas.

2.1 Caracterização geral

A modalidade elucidatória quineana consistiria, basicamente, em construir certas expressões — *explicata* — capazes de substituir ou tomar o lugar de certas expressões problemáticas — *explicanda* — de modo tal a preservar o uso destas em certos contextos e de conseguir, arbitrariamente, precisão nos contextos restantes. Quais seriam os contextos a preservar? Precisamente aqueles que, tomados como totalidades, resultassem aceitavelmente claros. Quais dariam lugar a uma decisão arbitrária? Aqueles a respeito dos quais o uso do *explicatum* é confuso ou

ambíguo. A idéia seria preservar o uso nos contextos claros e decidir arbitrária mas esclarecedoramente nos contextos que não o são.

Uma conhecida passagem de Quine permite corroborar perfeitamente a descrição anterior:⁴

Any word worth explicating has some contexts which, as wholes, are clear and precise enough to be useful; and the purposes of explication is to preserve the usage of these favored contexts while sharpening the usage of the other contexts.

2.2 O exemplo quineano: o par ordenado

Como se sabe, dois conjuntos são iguais quando possuem os mesmos elementos. Logo não é possível tomar o conjunto formado pelos elementos a e b , i.e. $\{a,b\}$, como candidato a cumprir a função de par ordenado, visto que $\{a,b\}=\{b,a\}$.

O problema consiste, pois, em encontrar um conjunto que satisfaça os requisitos que os 'contextos úteis' exigem do termo 'par ordenado a,b '. Deve se tratar de um *conjunto* pois necessitamos falar de 'par ordenado' assim como de qualquer outro objeto da teoria. Em particular, se pensamos usar tal noção para definir uma 'relação' como, precisamente, um conjunto de pares ordenados. Se, por exemplo, se trata de um relação binária R em A , assume-se que a trataremos como um subconjunto do produto cartesiano de A , i.e. $R \subseteq A^2$. Para dizê-lo com as palavras de Quine:⁵

Yet it is central to the purposes of the notion of ordered pair to admit ordered pairs as objects. If relations are to be assimilated to classes as classes of ordered pairs, ordered pairs must be available on a par with other objects as members of classes. The demands of further uses in mathematics of the notion of the ordered pair are similar; in every case the very point of an ordered pair is its role as object — of a single object doing the work of two. A notion of ordered pair would fail of all purposes without ordered pairs as values of the variables of quantification.

Como havíamos dito, trata-se de recolher o uso do *explicandum* nos 'contextos favoráveis'. Que condições imporiam estes? No caso deste *explicandum* particular, as condições resumem-se a uma, a saber:

(*) Se o par ordenado a, b é igual ao par ordenado a', b' , então $a=a'$ e $b=b'$.

É este, como o próprio Quine o reconhece, um caso excepcionalmente claro. Os *explicata* podem ser vários. Em geral, podem, por exemplo, oferecer-se estas elucidações (de Wiener e Kuratowski respectivamente):

$$\langle a, b \rangle = \{\{a\}, \{b, \emptyset\}\}$$

$$\langle a, b \rangle = \{\{a\}, \{a, b\}\}$$

e se restringimos a atenção a, por exemplo, pares de naturais pode ser aceito

$$\langle a, b \rangle = 2^a \cdot 3^b.$$

A eficácia da elucidação obviamente depende da capacidade dos *explicata* de satisfazer a condição (*). Prova-se na continuação, para a primeira das elucidações, que ela satisfaz aquela condição. O que devemos demonstrar é:

Proposição 1. Se $\langle a, b \rangle = \langle a', b' \rangle$, então $a=a'$ e $b=b'$.

Demonstração: Suponhamos que $\langle a, b \rangle = \langle a', b' \rangle$ e $a=b$. Logo, temos, por hipótese, $\{\{a\}, \{a, b\}\} = \{\{a'\}\} = \{\{a'\}, \{a', b'\}\}$. Logo, pela cardinalidade, $\{a'\} = \{a', b'\}$, e, pela cardinalidade, $a'=b'$. Dado que $\{a\} = \{a'\}$, $a=a'$ e, posto que $a'=b'$, $b=b'$. Suponhamos que $a \neq b$. Logo, por cardinalidade, $\{a, b\} \neq \{a'\}$ e assim, por hipótese, $\{a, b\} = \{a', b'\}$ e, por conseguinte, $\{a\} = \{a'\}$. Logo, $a=a'$. Obviamente, $b' \neq a$, pois, caso

contrário, $b'=a'$, o que contradiria a igualdade dos pares. Se $\{a,b\}=\{a',b'\}$ e $b'\neq a$, $b=b'$. Isto completa a demonstração.

2.3 Elucidar é eliminar

Algumas passagens clássicas de W.V.O. Quine⁶ permitem ilustrar claramente sua perspectiva. Em primeiro lugar, referindo-se à elucidação geral de par ordenado — especificamente àquela de Wiener, porém não é essencial que se trate desta ou da de Kuratowski — escreve:⁷

This construction is paradigmatic of what we are most typically up to when in a philosophical spirit we offer an 'analysis' or 'explication' of some hitherto inadequately formulated 'idea' or expression. We do not claim synonymy. We do not claim to make clear and explicit what the users of the unclear expression had uncounciously in mind all along. We do not expose hidden meanings, as the words 'analysis' and 'explication' would suggest; we supply lacks. We fix on the particular functions of the unclear expression that make it worth troubling about, and then devise a substitute, clear and couched in terms to our liking, that fills those functions. Beyond those conditions of partial agreement, dictated by our interests and purposes, any traits of the explicans come under the head of 'don't-cares'.

A descrição oferecida por Quine — em primeiro lugar — resulta eloqüente acerca daquilo que *não* se pretende que uma elucidação seja. Não se aspira a estabelecer uma relação de sinonímia entre *explicandum* e *explicatum*; como se notou, tal estratégia procura evitar o denominado 'paradoxo da análise'.⁸ O mesmo poderia ser descrito assim: se é possível estabelecer a correção da análise, deveria ser conhecido previamente o significado do *explicandum*, porém se o significado do *explicandum* é conhecido, então a análise é ociosa, e se a análise não é ociosa, ou seja, se o significado do *explicandum* não é conhecido, então não é possível determinar a correção daquele, i.e., da sinonímia pretendida. Logo, se é possível estabelecer a correção da análise, ela é supérflua, e se não é supérflua, não pode ser estabelecida a sua correção.

Tampouco a análise pretende 'descobrir' conteúdos mentais compartilhados pelos usuários da expressão enigmática — talvez caberia pensar que uma tal investigação seria de natureza empírica.

A terceira alternativa rechaçada é a de entender a elucidação como destinada a desvelar significados 'ocultos', ou seja, uma concepção mais ou menos essencialista da empresa elucidatória.

Em contraste com estas diversas possibilidades Quine oferece a sua: determinam-se certas funções claras que cumpre a expressão problemática e que são aquelas dignas de preservar, constrói-se um substituto da mesma que não exiba as obscuridades da primeira e que cumpra tais funções. Não se pretende, obviamente, que *explicandum* e *explicitatum* se comportem igualmente em todo contexto; é suficiente o acordo parcial resultante da operação descrita acima. Um pouco mais adiante ele explicita as virtudes desta estratégia com respeito ao conceito de 'par ordenado':⁹

In the beginning there was the notion of ordered pair, defective and perplexing but serviceable. Men found that whatever good had been accomplished by talking of an ordered pair $\langle x,y \rangle$ could be accomplished by talking instead of the class $\{\{x\}, \{y,\Lambda\}\}$ - or, for that matter, of $\{\{x\}, \{x,y\}\}$.

Se entendo bem, a proposta quineana pode ser resumida assim: o *explicitatum* deve (a) recolher os usos em certos contextos privilegiados que, como totalidades, resultem aproblemáticos e, conseqüentemente, que são aqueles nos quais estes usos resultem valiosos (i.e., úteis) e (b) deve decidir arbitrária mas claramente a respeito dos outros. Porém, não se perderia nada desprezando aqueles usos em contextos ambíguos ou pouco claros? Esta perspectiva parece pressupor a existência de uma fronteira nítida entre usos privilegiados e usos desprezíveis, e a elucidação deve prescindir absolutamente destes últimos: 'elucidar é eliminar'.

3. O Modelo Tarskiano

3.1 Caracterização geral

Contraposta a esta modalidade elucidatória, Coffa coloca aquela que — com se disse — denomina elucidações *à la Tarski-Kreisel*. Na própria exposição de Coffa, a discussão acerca da proposta, adquire maior peso tal qual pode ser apreciada nos textos de Tarski,¹⁰ entre outras razões, é esta a que nos leva a tomar, simplesmente, o modelo em termos tarskianos. Um antecedente ilustre, não obstante, poderia ser Russell.¹¹

A primeira advertência que corresponde apresentar é que, na elaboração de tal modelo, no caso de Tarski (em contraste com o caso de Quine), se trata muito mais de uma 'reconstrução' coffiana do que de uma proposta acabada do próprio autor. Não existe em Tarski — assim como em Quine — uma reflexão metaelucidatória manifesta e sofisticada; tal 'reconstrução' pode-se fazer 'espigando' reflexões metodológicas nos trabalhos científicos do próprio autor e cotejando-as com a sua própria prática elucidatória.¹²

A idéia mais geral consiste em tomar, como ponto de partida, um conceito vago ou confuso — associado ao *explicandum* — e, através da análise, conseguir estabelecer certas condições de adequação que devem satisfazer o conceito preciso — associado ao *explicatum* — que será proposto como elucidação. Trata-se de estabelecer — como é óbvio — uma certa *relação* entre conceitos e, especialmente, o *explicatum* deve procurar fazer jus às intuições associadas ao *explicandum*. A seguinte passagem de Tarski é eloqüente.¹³

The problem set in this article belongs in principle to the type of problems which frequently occur in the course of mathematical investigations. Our interest is directed towards a term of which we can give an account that is more or less precise in its intuitive content, but the significance of which has not at present been rigorously established, at least in mathematics. We then seek to construct a definition of this term which, while satisfying the requirements of methodological rigour, will also render adequately and precisely the actual meaning of the term.

3.2 O conceito de verdade: uma elucidação tarskiana.

Da mesma forma que no caso de Quine, esta exposição busca, exclusivamente, oferecer uma imagem mais nítida do modelo elucidatório acima esboçado. Para isto reconstruir-se-á, de forma brevíssima, a estratégia desenvolvida por Tarski em seu conhecido artigo filosófico em torno da noção de verdade.¹⁴ A intenção não consiste em *provar* a adequação do modelo às idéias de Tarski, mas mostrar — de forma aproximada — como funciona o mesmo.

O primeiro passo tarskiano é, precisamente, o de oferecer 'em estado puro' — por assim dizer — as idéias ou intuições associadas ao conceito a ser elucidado. Como se trata aqui da noção clássica de verdade, tais são as restrições que a mesma impõe.¹⁵

We should like our definition to do justice to the intuitions which adhere to the classical Aristotelian conception of truth — intuitions which find their expression in the well-known words of Aristotle's *Methaphysics*: 'To say of what is that it is not, or of what is not that it is, is false, while to say of what is that it is, or of what is not that it is not, is true.

Tarski agrega logo outras duas formulações desta intuição básica: a idéia de correspondência das orações com a realidade e a de sua condição de designar um estado de coisas existente. Em qualquer caso, tratam-se de formulações — como o assinala este autor — que estão longe de serem unívocas ou precisas. Este tipo de intuições ou propriedades ou caracterizações revelam uma dupla condição: vagas e insuficientes porém valiosas e imprescindíveis. Qual será o próximo passo? Procurar oferecer uma contrapartida clara e rigorosa das mesmas:¹⁶

Let us consider an arbitrary sentence; we shall replace it by the letter 'p'. We form the name of this sentence and we replace it by another letter, say 'X'. We ask now what is the logical relation between the two sentences 'X is true' and 'p'. It is clear that from the point of view of our basic conception of truth these sentences are equivalent. In other words, the following equivalence holds:

(T) X is true if, and only if, p.

We shall call any such equivalence (with 'p' replaced by any sentence of the language to which the word 'true' refers, and 'X' replaced by a name of this sentence) an 'equivalence of the form (T).'

Now at last we are able to put into a precise form the conditions under which we will consider the usage and the definition of the term 'true' as adequate from the material point of view: we wish to use the term 'true' in such a way that all equivalences of the form (T) can be asserted, and we shall call a definition of truth 'adequate' if of all these equivalences follow from it. (*Minha ênfase*)

O resultado do esforço da busca de rigor 'converte' a caracterização imprecisa em condição de adequação rigorosa, ou seja, em condição que deve satisfazer o *explicatum* para fazer jus ao *explicandum*. Esta condição é denominada por Tarski 'condição de adequação material'. O *explicatum* deve satisfazer, além disso, o que Tarski denomina 'condição de adequação formal' — a qual tem a ver com a estrutura lógica do mesmo e não é especificamente relevante para a presente discussão.

Logo após estabelecidas as condições de adequação bosqueja-se a construção de uma definição de verdade para uma linguagem que contém funções proposicionais, recursivamente, a partir da noção de satisfação.¹⁷ Primeiro, definem-se 'quais são os objetos que satisfazem as funções proposicionais mais simples' — por exemplo, que pares de números naturais satisfazem o predicado 'x é maior que y', o que equívale a dizer, quais são os objetos que se encontram na relação acima. Logo, supondo que se tem uma definição para as funções mais básicas, define-se (recursivamente) o que quer dizer que uma função complexa é satisfeita — por exemplo, um disjunção inclusiva como: 'x é maior que y ou x é igual a y'. Dada a definição geral de satisfação, define-se verdade a partir dela. As variáveis 'x' e 'y' ocorrem nos exemplos acima livres e por isso, dependendo do objeto com que se as associe, a fórmula em questão será satisfeita ou não. Porém, quando não existem variáveis livres na fórmula, a situação que se apresenta é a de que ou a fórmula é satisfeita por todos os objetos ou por nenhum. É precisamente para este tipo de orações que

se define a verdade: a idéia é a de que uma fórmula é 'verdadeira' se é satisfeita por todos os objetos e falsa caso contrário.¹⁸

Finalmente, é importante advertir como Tarski se preocupa em avaliar seu *explicatum* em termos da capacidade de satisfazer as condições de adequação acima expostas e como procura defender — por meios algo insólitos — a conexão entre estas condições de adequação — em particular, a condição de adequação material — e o *explicandum* vago.¹⁹

3.3 Elucidar é tornar rigoroso

A respeito dos nossos interesses presentes, a caracterização do objetivo perseguido por Tarski resulta iluminadora.²⁰

The desired definition does not aim to specify the meaning of a familiar word used to denote a novel notion; on the contrary, it aims to catch hold of the actual meaning of an old notion. We must then characterize this notion precisely enough to enable anyone to determine whether the definition actually fulfills its task.

Entendendo-se literalmente a passagem, a busca está orientada a capturar o 'significado real' do termo sob análise. Isto conduz diretamente ao paradoxo da análise, de modo que resultará mais conveniente entender em um sentido um tanto metafórico este 'giro' tarskiano.²¹ O modelo que aqui se denominará 'tarskiano' abandona a pretensão de capturar o 'significado real', ou seja, renuncia a pretensão de sinonímia. Inspira-se decididamente, não obstante, na reivindicação por parte de Tarski da possibilidade de controlar intersubjetivamente a correção da elucidação: para que tal controle possa ser efetuado é necessário 'caracterizar' adequadamente — mediante as condições de adequação exatas — a noção primitiva. Isto não equivale de modo algum a sustentar que existe um único significado associado com a noção problemática: a idéia é identificar um significado (mais ou menos nebuloso) e esclarecê-lo; a avaliação deve dar-se entre as condições de adequação e esse significado escolhido, não entre as condições de

adequação e 'o' significado da noção a elucidar. Este é um ponto essencial da proposta tarskiana (tal como se a entenderá aqui) e será discutido mais em detalhe abaixo.

Coffa esquematiza este modelo elucidatório discriminando três etapas: em primeiro lugar, identifica-se um conceito a respeito do qual se possui uma aproximação intuitiva e vaga (*explicandum*), em segundo lugar, determinam-se mediante análise parcial do *explicandum* certas condições que qualquer conceito que seja proposto como elucidação daquele deve satisfazer (condições de adequação) e, por último, propõe-se um conceito rigoroso (*explicatum*) que satisfaz as condições anteriores.

A primeira etapa possuiria um *status* mais definicional e, em consequência, não suscetível à crítica. Por quê? Porque consistiria simplesmente na identificação do significado de uma expressão que será o objeto de análise — recorde-se, por outra parte, o caráter nebuloso do mesmo que justifica o esforço elucidatório. Além disso, com o que cotejaríamos ou compararíamos este conceito? Esta etapa é, precisamente, o começo da análise.²²

A segunda etapa, em contrapartida, permite a avaliação, na medida que tais condições se encontram determinadas ou respaldadas pela análise parcial do *explicandum*. Em certo sentido, trata-se de atributos ou propriedades do conceito objeto da elucidação e por isso tais afirmações deveriam poder ser avaliadas em termos de verdade ou falsidade.

Coffa tenta localizar aqui a diferença principal entre as duas modalidades de elucidação:

Distinguendo dos estadios donde el quineano sólo ve uno, las elucidaciones tarskianas son criticables en base a su inadecuación a la noción que se intenta elucidar. En las elucidaciones a la Quine no hay un objeto común de referencia para las expresiones empleadas antes e después de la elucidación. Esta es la razón por la que era difícil entender en qué sentido las elucidaciones a la Quine pueden resolver o disolver problemas, en vez de desplazarlos.

Um aspecto central desta concepção – e que aqui é privilegiado – consiste em sustentar uma conexão muito forte entre os respectivos

conceitos e, conseqüentemente, a proposta implícita de um critério de avaliação da correção da operação elucidatória: o conceito novo deve fazer jus ao conceito anterior. Dito de modo menos metafórico: o novo conceito deve tratar de servir para esclarecer, precisamente, aquelas intuições nebulosas que acompanhavam o velho conceito.

4. Uma defesa temperada de Tarski

Coffa questiona o modelo quineano pois entende que evitar certas 'proposições problemáticas' — ou seja, o uso de certos termos em contextos mais ou menos equívocos — não parece uma estratégia adequada para resolver os problemas que eventualmente estas expressam. Salvo, naturalmente, que tais problemas sejam pseudo-problemas. Porém, elucidar *à la Quine* não resolve tal questão; em realidade, somente parece ter sentido uma vez que se sabe que aqueles usos lingüísticos problemáticos são perfeitamente prescindíveis, os supostos problemas são só 'questões de linguagem' e nada é perdido desprezando tais contextos nebulosos. Logo — conclui Coffa — sem incorrer em uma espécie de petição de princípio, uma elucidação *à la Quine* não 'estabelece o caráter desnecessário do uso lingüístico questionado'. A explicação da superioridade do modelo tarskiano encontra-se — assim o expressava a citação acima — no fato de que no caso das elucidações quineanas 'não há um objeto comum de referência para as expressões empregadas antes e depois da elucidação'.

Tomás M. Simpson desenvolve uma defesa aguda da postura de Quine e mostra alguns problemas sérios do modelo tarskiano.²³ Uma idéia central de tal crítica reside em que os critérios de adequação não esgotam o significado do *explicandum*; no caso de serem verdadeiros somente capturam a porção clara, identificável do conceito referido. O resto que não está claro deve ser eliminado pela elucidação; porém ali se abre uma margem de liberdade. Vários conceitos podem satisfazer as condições de adequação e, no entanto, diferir no modo como resolvem 'o resíduo obscuro' aludido. Logo, por que não pensar que o que é expressado por este 'critérios de adequação' não são precisamente, os contextos

privilegiados de Quine? E, conseqüentemente, o que é expressado pelo *explicatum* é um conceito novo: Coffa reconhece que (eventualmente) o *explicatum* estende ao *explicandum*, de modo que — conclui Simpson — mal pode expressar o 'significado real' do *explicandum*. Logo o 'objeto comum' a que se refere Coffa na passagem anteriormente citada — pensa Simpson — simplesmente não existe, pois pareceria que o único candidato a ocupar tal papel seria, precisamente, o conceito elucidado.

As observações de Simpson aparecem como incontestáveis. No entanto, talvez resulte valioso tentar reformular a perspectiva tarskiana com o efeito de reter — como é certamente sugerido por Coffa na citação anterior — uma traço fundamental desta: *sua capacidade de estimular o desenvolvimento, de certa forma de avaliar (e construir) elucidações, em termos de uma vigorosa inter-relação entre conceito formal e conceito pré-formal*.

Em certo sentido, poderia ser pensado que se o interesse é exclusivamente metodológico, talvez seja possível pensar a diferença entre estas 'modalidades' mais em termos de dissimilitude entre — se me é permitido — 'ideais'. É nesta direção que se proporá entender a modalidade tarskiana: em uma acepção mais 'programática' ou 'modelar' do que como uma caracterização intensional de uma classe peculiar de esforços elucidatórios. Em outras palavras, sugere-se pensar tal modelo como uma sorte de 'marco' que estimula e regula certo tipo de preocupações e controles intelectuais nos processos elucidatórios e não como um critério que permite particionar o conjunto das elucidações.²⁴ Poderia afirma-se que é possível reconhecer que Simpson está correto em sua crítica e, ao mesmo tempo, defender a idéia de que a atribuição de um papel destacado ao conceito intuitivo pré-formal — ainda que em seus aspectos mais nebulosos — convertem a modalidade tarskiana em uma ferramenta fecunda na investigação e compreensão filosóficas.

Um modo de fazer precisa estas observações consiste em — coincidindo com Simpson — representar os processos sob análise (em

geral) através do seguinte esquema — onde \rightarrow_1 e \rightarrow_2 representam relações (ou tramas de relações) entre os respectivos conceitos- :

explicandum \rightarrow_1 condições de adequação \rightarrow_2 *explicatum*

A diferença entre os processos inspirados no modelo tarskiano e o quineano podem apresentar-se agora com maior clareza: enquanto as elucidações *a la Quine* estimulam a análise das relações subíndice 2, as elucidações *à la Tarski* estimulam tanto o exame das relações subíndice 2 como subíndice 1.

A origem de tal diferença pode ser localizada, não no papel que atribui Coffa — e Simpson refuta eficazmente — a esse 'objeto comum' de referencia, senão (seguindo igualmente uma linha proposta por Coffa) na ênfase tarskiana na distinção entre relações subíndice 1 e relações subíndice 2. Talvez seja este um modo indireto — talvez impróprio — de interpretar a insistência tarskiana na captura do 'significado real'; a sugestão é entender mais em um sentido programático essas afirmações de Tarski: deve-se enfatizar o exame das relações entre conceito pré-teórico e condições de adequação já que o ideal seria que as mesmas capturassem (iluminadoramente) o conteúdo pleno do *elucidandum*;²⁵ isso quereria dizer, precisamente, capturar 'o significado real'. A impossibilidade desta tarefa (entendida em termos absolutos) é reconhecida, pelo menos em um caso particular, explicitamente por Tarski.²⁶

O processo que se representou com \rightarrow_1 é filosoficamente subapreciado na descrição quineana: os contextos favoráveis são aqueles que de alguma forma 'ditam' as condições de adequação. O ponto interessante, desde tal perspectiva, é a avaliação de ' \rightarrow_2 '. O exemplo proposto pelo autor é eloqüente: avaliar a elucidação consiste ai em provar. É óbvio que Quine não pretende que isto ocorra na totalidade dos casos: não parece desatinado, no entanto, entendê-lo como uma sugestão certa do grau de clareza pretendido para este tipo de tarefa por Quine. Ou seja, poderia ser necessário (sob certas circunstâncias) conformar-se

com menos, porém, em princípio, não haveria nenhum obstáculo para a obtenção de tais resultados.

Adverta-se, em contraste, que no caso da avaliação de ' \rightarrow_1 ' deve-se aceitar que a situação é notavelmente diversa: o *explicandum* é um conceito vago, pouco claro — em outro caso, a elucidação careceria de interesse — e, na melhor das hipóteses, as condições de adequação gozam de maior rigor — para dar um exemplo, podem-se formular na linguagem da teoria dos conjuntos como no caso de 'par ordenado' — porém ainda então, pelo menos em um sentido bastante admissível,²⁷ a prova é *à priori* impossível. O caráter de tais relações obriga, freqüentemente, ao exame conceptual e é precisamente sob a luz de tais exames que as elucidações tarskianas tornam-se muito mais sensíveis à crítica que as quineanas.²⁸

5. Observações Finais

Deveria resultar evidente, a partir das observações anteriores, a ausência de pretensões categóricas da argumentação tecida em defesa da modalidade elucidatória tarskiana. Não foi exibido nenhum argumento analítico decisivo em favor da mesma. A idéia era sugerir que a superioridade desta funda-se em atribuir uma importância capital — como guia da construção e como orientação crítica do processo elucidatório — ao exame das relações entre condições de adequação e *explicandum*. É este o ponto de divergência notável entre as duas modalidades elucidatórias em competição. Na realidade, talvez 'prova' mais adequada desta superioridade mencionada deva-se buscar na fecundidade filosófica do uso deste modelo na compreensão crítica dos processos elucidatórios científicos ou filosóficos. Empresas intelectuais como a construção dos cálculos de dedução natural por parte de Gentzen ou a identificação em termos semânticos da noção de consequência lógica por parte de Tarski poderiam ser sugeridas como exemplos (para citar alguns) da fecundidade aludida. A passagem da 'sugestão' à 'afirmação' requer uma argumentação filosófica que mereceria ser desenvolvida.²⁹

Notas

1. Na verdade as idéias que defendo aqui originam-se da necessidade de esclarecer alguns pressupostos do uso que se faz das idéias originais de Coffa em Seoane[1998]. Amparado nesta motivação tomei a liberdade de transcrever alguns parágrafos deste último trabalho. No entanto, ambos escritos são absolutamente independentes.
2. Veja-se A. Coffa [1975].
3. Veja-se A. Coffa, op. cit., p. 44-48.
4. Veja-se Quine [1953], pág. 25.
5. Veja-se Quine [1960] pág. 258.
6. Os textos de Quine que serão citados em seguida são — em alguns casos — citados por Coffa (op. cit.). Não me pareceu essencial distingui-los. Como foi dito, a exposição das modalidades elucidatórias segue este autor.
7. Quine [1960], pág. 258.
8. Veja-se Moro Simpson [1975a], pág. 74. Pode ser bastante útil consultar (a respeito do paradoxo da análise) o capítulo V de Moro Simpson [1975b].
9. Veja-se Quine [1960], pág. 260.
10. Coffa nos fala da 'linha tarskiana' e do 'tarskianismo' em diversas oportunidades — veja-se, por exemplo, Coffa (op. cit.) pág. 54.
11. Em um artigo de 1910 intitulado 'Sobre a natureza da verdade e da falsidade' Russell escreve: 'O processo que deve ser desenvolvido é essencialmente um processo de análise: temos várias crenças complexas, e mais ou menos confusas, acerca do verdadeiro e do falso, e devemos reduzi-las a formas claras e simples, sem originar um conflito evitável entre nossas crenças complexas e confusas iniciais e nossas afirmações claras e simples finais. Estas asserções finais devem ser provadas em parte por sua evidência intrínseca e em parte por seu poder para explicar os 'dados', e os 'dados' neste problema, são as crenças complexas e confusas das quais partimos. Estas crenças necessariamente devem experimentar uma mudança ao fazerem-se claras, porém a modificação não deve ser maior que aquela que sua confusão inicial justificava.' A riqueza da passagem me parece evidente, porém abster-me-ei de comentá-la. Desejo agradecer ao Prof. Alberto Moretti, pois foi em um curso oferecido por ele na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação no ano de 1998 que tomei conhecimento da existência do presente texto de Russell.
12. Por razões que ficarão óbvias adiante, seria mais justo denominar a esta modalidade elucidatória como 'de Tarski-Coffa'.
13. Veja-se Tarski [1956], pp. 111-112.

14. Veja-se Tarski [1944]

15. Veja-se Tarski [1944]. Tradução espanhola: pág. 114.

16. Veja-se Tarski [1944]. Tradução espanhola: pp. 116-117.

17. Veja-se Tarski [1944]. Tradução espanhola: pp. 128-130.

18. Existem exposições didáticas do procedimento em muitas obras. Em princípio, estas idéias podem ser encontradas em qualquer manual de lógica quando se define a semântica da linguagem de ordem um — por exemplo, Mendelson [1987]. Uma exposição interessante nos aspectos filosóficos, em alguns pontos discutível porém didaticamente muito valiosa pode ser lida em Kirkham [1992]. Uma idéia rápida pode ser adquirida, por exemplo, em Alchourrón [1995].

19. Veja-se Tarski [1944]. Tradução espanhola: pág. 112.

20. Veja-se Tarski [1944]. Tradução espanhola: pág. 112.

21. Tarski era fundamentalmente um matemático — cujos critérios de rigor não necessariamente coincidem com aqueles usados pelos filósofos — e talvez não seja completamente arbitrário pensar que o propósito deste autor ao insistir no 'significado real' é o de acentuar o caráter privilegiado das intuições associadas ao conceito primitivo na avaliação dos processos elucidatórios. Suspeito que Coffa e Simpson coincidiriam a esse respeito — veja-se Simpson [1975a] pág. 72-73. Porém, além disso, o próprio Tarski parece rechaçar o único modo inteligível (até onde consigo ver) de entender 'significado real' (Tarski [1944] trad. espanhola: pág. 134): 'Na maioria dos casos tem-se a impressão de que a oração é usada [a oração a que faz referência é do tipo 'a concepção X é correta'] em um sentido quase místico que se funda na crença de que toda palavra tem um só significado 'real' (idéia de tipo platônica ou aristotélica) e que todas as concepções rivais realmente tentam captar este significado único; porém, posto que se contradizem entre si, somente uma das tentativas pode ter êxito, e portanto somente uma das concepções é 'correta'. As disputas deste tipo não se restringem, de modo algum, à noção de verdade. Produzem-se em todos os domínios em que se usa a linguagem comum, com sua vaguedade e ambigüidade, em lugar de uma terminologia exata, científica; e carecem sempre de sentido e são, por isso, vãs'. Talvez possa entender-se agora por que eu sustentava que deveria chamar-se ao modelo elucidatório Tarski-Coffa.

22. A justificação da elucidação de tal o qual conceito fica fora do processo elucidatório propriamente dito. É óbvio que tal justificação no entanto pode ser submetida à crítica: só faz sentido elucidar conceitos pouco claros e, ao mesmo tempo, científica ou filosoficamente relevantes.

23. Veja-se Simpson [1975a]

²⁴ Neste espírito poderia ser útil distinguir dois 'usos' de tal modelo: um 'uso construtivo' — como ideal que guia a elaboração de um processo elucidatório — e um 'uso crítico' — como modelo que guia a avaliação de um processo elucidatório. Estes dois aspectos são desenvolvidos em Seoane [1998].

²⁵ Uma vez escolhido um significado, se o mesmo eventualmente está associado a vários.

²⁶ Veja-se Tarski [1936].

²⁷ O sentido que conduz, por exemplo, a falar da 'tese de Church' e não do 'teorema de Church'.

²⁸ Este último aspecto suspeito que é mais 'coffiano' que 'tarskiano'- veja-se Tarski [1944], versão espanhola pp. 140-141.

²⁹ Um estudo detalhado da estratégia elucidatória tarskiana no caso da noção de consequência lógica pode ser encontrado em Seoane [1998]. No caso de Gentzen suspeito que poderia ser objeto de tratamento análogo.

Referências bibliográficas

ALCHOURRÓN, C. E. Concepciones de la Lógica. In: *Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía*. eds. Alchourrón et alli, pp. 11-47, 1995.

COFFA, A.: *Dos Concepciones de la elucidación filosófica. Crítica*, v. 7, n. 21, pp. 43-67, 1975.

KIRKHAM, R.: *Theories of Truth*. Cambridge : MIT Press, 1992.

QUINE, W.V.O.: *From a Logical Point of View*. Cambridge : Harvard University Press, 1953.

_____: *Word and Object*. Cambridge: MIT Press, 1960.

RUSSELL, B.: *Sobre la Naturaleza de la Verdad y la Falsedad In : Ensayos Filosóficos*. Alianza, 1968.

SEOANE, J.: *Consecuencia Lógica y Consecuencia Semántica: Una Elucidación Tarskiana*. *Episteme*, v.3, n. 7, pp. 74-85, 1998.

- SIMPSON, T.M.: *Análisis y Eliminación: Una Módica Defensa de Quine*. *Crítica*, v. 7, n. 21, pp. 69-83, 1975a.
- SIMPSON, T.M.: *Formas Lógicas, Realidad e Significado* Buenos Aires : Editorial Universitaria , 1975b.
- TARSKI, A.: *On Definable Sets of Real Numbers*, 1930, em Tarski [1956].
- _____. *The Concept of Truth in Formalized Languages*, 1935, em Tarski [1956].
- _____. *On the Concept of Logical Consequence*, em Tarski [1956].
- _____. *The Semantic Conception of Truth*, 1944
- _____. *La concepción semántica de la verdad*. In: BUNGE, M. *Antología Semántica*. S.l. : Nueva Visión, pp. 111-157, 1960.
- _____. *Logic, Semantic, Metamathematics*. S.l. : Clarendon Press, 1956.